



Correio Manhã

25-04-2018

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 174177

Temática: Justiça
Dimensão: 2676 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4 a 5

TAXA PRÓXIMA DE 10 POR CENTO P.4E5

AMIGO DE SÓCRATES RECEBE COMISSÃO

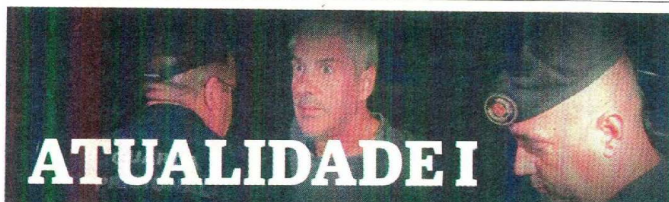


EMPRESÁRIO
GANHOU COM
A CEDÊNCIA
DE CONTAS
AO POLÍTICO

MILIONÁRIA



CARLOS SANTOS SILVA COM LUVAS DE 2,5 MILHÕES



ATUALIDADE I

OPERAÇÃO MARQUÊS

INQUÉRITO | ABERTURA EM 2013

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) começou a investigar José Sócrates em julho de 2013. Para a abertura deste inquérito, foram decisivas as escutas efetuadas a Carlos Santos Silva, no âmbito do processo Monte Branco, relativo a branqueamento de capitais.

PROCESSO

Sócrates dá comissão de dez por cento ao amigo

ACUSAÇÃO ♦ Ministério Público diz que antigo primeiro-ministro deu 2,5 milhões de euros a Santos Silva por este ter cedido as contas bancárias para a receção de luvas **DINHEIRO** ♦ Compensação foi calculada com base em 25 milhões de euros

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

José Sócrates terá dado a Carlos Santos Silva, segundo o Ministério Público, uma comissão de quase 10% por o amigo ter cedido as suas contas bancárias para a circulação das luvas que terá recebido do Grupo Espírito Santo (GES), do Grupo Lena e do empreendimento de Vale do Lobo. No total, segundo a acusação da Operação Marquês, Santos Silva recebeu do antigo primeiro-ministro uma compensação de 2,5 milhões de euros.

A acusação deixa claro que "José Sócrates e Carlos Santos



1 Carlos Santos Silva terá sido testa de ferro de Sócrates 2 José Sócrates é amigo do primeiro há 40 anos



VERBA FOI APURADA A PARTIR DO CAPITAL QUE CIRCULOU NAS CONTAS

EMPRESÁRIO CEDEU SOCIEDADES OFFSHORE E TRATOU DE OPERAÇÕES

Silva acordaram entre si que o primeiro possibilitaria ao segundo, como forma de compensação de todos os serviços prestados e conforme a conveniência daquele último arguido, a utilização no seu próprio interesse de uma percentagem sobre os montantes feitos circular pelas contas bancárias que o mesmo Carlos Santos Silva titulara.

O Ministério Público precisa que "tal retribuição poderia atingir um montante aproximado a 10% sobre a totalidade dos fundos que passaram por contas pessoalmente tituladas pelo arguido Carlos Santos Sil-

va, incluindo os fundos repatriados da Suíça e os lucros distribuídos pela XLM [empresa de Santos Silva], sendo portanto calculada com base num montante total de cerca de 25 milhões de euros, excluídos os ganhos financeiros gerados."

Santos Silva disponibilizou também, segundo a acusação, sociedades offshore, que eram titulares de contas bancárias na Suíça, onde estava depositado o dinheiro, e elaborou contratos e documentos para a realização de operações financeiras. No essencial, segundo o Ministério Público, Sócrates terá recebido, entre 2006 e 2015, luvas de 34 milhões de euros. Uma parte deste dinheiro diz respeito a ganhos com juros.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



PORMENORES

Verbas em 2010 e 2011

Carlos Santos Silva recebeu a comissão por ter ajudado Sócrates, segundo o Ministério Público, em 2010 e 2011: 125 mil euros, no primeiro caso, e 2,375 milhões de euros, no segundo, no total de 2,5 milhões de euros.

Prejuízo ao Estado

Por não ter declarado os 2,5 milhões de euros ao Fisco, o Ministério Público acusou Carlos Santos Silva de ter causado ao Estado um prejuízo, em sede de IRS, de 1,5 milhões de euros, incluindo juros.

Milhões vindos da Suíça

No final de 2010, Carlos Santos Silva aderiu ao Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT) II, que foi aprovado pelo Governo de Sócrates. Entre outubro de 2010 e abril de 2011, o empresário repatriou para Portugal mais de 23,4 milhões de euros.

Proprietário da fortuna

O Ministério Público considera que, apesar de o dinheiro repatriado da Suíça estar em nome de Carlos Santos Silva, o verdadeiro dono dos 23,4 milhões de euros é José Sócrates. O antigo primeiro-ministro já negou ser o dono do dinheiro.

EX-GOVERNANTE NEGA

José Sócrates já afirmou que não recebeu subornos e que sempre honrou o cargo de primeiro-ministro.

ACUSADO DE CORRUPÇÃO

O Ministério Público acusou o antigo primeiro-ministro de 31 crimes, entre os quais o de corrupção.

FISCO QUER 19 MILHÕES

Sócrates terá de pagar, segundo a acusação, 19 milhões de euros em impostos por ter escondido a alegada fortuna.

LIGAÇÃO | **BATAGLIA FOI INTERMEDIÁRIO**

Hélder Bataglia terá sido, segundo o Ministério Público, o intermediário no pagamento das alegadas luvas a Sócrates pelo Grupo Espírito Santo (GES). Quando foi interrogado, no âmbito da Operação Marquês, Bataglia disse que Ricardo Salgado lhe pediu para passar 12 milhões de euros para Santos Silva.



NÚMERO | **28 ACUSADOS NA OPERAÇÃO MARQUÊS, O MINISTÉRIO PÚBLICO DEDUZIU ACUSAÇÃO CONTRA 28 ARGUIDOS. DESTES TOTAL, 19 SÃO PESSOAS SINGULARES E NOVE SÃO EMPRESAS.**

PT | **BAVA RECEBEU 25,2 MILHÕES DO GES**

Zeinal Bava foi acusado pelo Ministério Público de ter recebido 25,2 milhões de euros do Grupo Espírito Santo (GES), em troca de ter beneficiado os interesses deste grupo empresarial no âmbito dos negócios da PT. Em concreto, estão em causa o chumbo da OPA da Sonae sobre a PT, em 2007, e a venda da brasileira Vivo e compra da Oi.



Salgado visto como o principal corruptor

Ricardo Salgado é considerado, no âmbito da acusação da Operação Marquês, o principal agente corruptor de José Sócrates. O antigo primeiro-ministro terá recebido, segundo o Ministério Público, mais de 26 milhões de euros em luvas com origem no GES. O Governo de Sócrates terá tomado decisões em benefício do GES em negócios da PT, como a venda da Vivo e a compra da Oi.



Ricardo Salgado liderou o GES e o BES durante mais de 20 anos

“Dever de informar sobrepõe-se”

A presidente do Conselho Deontológico (CD) do Sindicato dos Jornalistas, São José Almeida, considera que a divulgação de imagens dos interrogatórios a José Sócrates, a outros arguidos e a testemunhas no processo da Operação Marquês é “de relevante interesse público” e que são também “legítimas.”

São José Almeida expressou, em declarações ao ‘Público’, uma posição clara sobre a divulgação das imagens pela CMTV e pela SIC: “No cumprimento da sua obrigação e compromisso com a sociedade, o dever de informar sobrepõe-se sempre para os jornalistas aos direitos de imagem e até a leis como a do segredo de justiça, que nem é o caso nesta situação.”

Em declarações ao ‘Público’, órgão de informação no qual é jornalista, a presidente do Conselho Deontológico foi categórica: “As gravações [dos interrogatórios] são oficiais e che-



A revelação de imagens dos interrogatórios a José Sócrates, outros arguidos e testemunhas da Operação Marquês, que tanta polémica está a dar, tem “relevante interesse público”, diz São José Almeida, líder do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas

PRESIDENTE DO CONSELHO DEONTOLOGICO DEFENDE DIVULGAÇÃO DE IMAGENS

garam à mão dos jornalistas. Ainda que haja aspetos que possam suscitar dúvidas por assumirem contornos que raíam o voyeurismo, é inegável que as reportagens divulgaram aspetos do processo de relevante interesse público e são, por isso, legítimas.”

São José Almeida salvaguardou esta posição, que é tomada como “presidente do Conselho

Deontológico, mas a título pessoal”, dado que o Conselho Deontológico não assumiu ainda uma posição sobre a divulgação de imagens dos interrogatórios a Sócrates e a outros arguidos e testemunhas. Para a presidente do Conselho Deontológico, “é importante que este debate se faça, mas a obrigação e o compromisso dos jornalistas é com o público e com a sociedade. E têm o dever de revelar informações verdadeiras como as que foram mostradas.”

Interrogatório de 2017 causa polémica

A defesa de Sócrates acusou ontem o procurador Filipe Preces de mentir sobre o interrogatório feito em março de 2017.



Pedro Delille defende Sócrates

Desconhecimento sobre gravação

Pedro Delille disse que Sócrates e os advogados não sabiam que o dito interrogatório tinha sido registado em vídeo e áudio.

Queda do BES dispara fuga de capital

Menos de um mês após o Banco de Portugal ter aplicado a medida de resolução no BES, no início de agosto de 2014, Carlos Santos Silva começou a retirar o dinheiro desse banco e a colocá-lo noutras instituições financeiras. Segundo a acusação do

Ministério Público, essas operações foram acordadas entre Sócrates e Santos Silva.

Entre 22 de agosto e 19 de setembro desse ano, o amigo do antigo primeiro-ministro colocou nove milhões de euros no BPI e 500 mil euros na CGD, banco público.



Após o colapso do BES, em agosto de 2014, Carlos Santos Silva, com o acordo de José Sócrates, segundo a acusação do Ministério Público, transferiu nove milhões de euros para o BPI